

Universidades Lusíada

Rocha, Manuel António Cardoso Lopes, 1957-
Pinto, Ricardo Leite, 1958-

**Protecção de dados pessoais informatizados e
democracia interna nos partidos políticos**

<http://hdl.handle.net/11067/5076>

<https://doi.org/10.34628/z65r-b449>

Metadados

Data de Publicação	1998
Resumo	Vieram a público recentemente notícias relativas à utilização de bases de dados informatizadas de militantes nos partidos políticos portugueses - no contexto de vários actos eleitorais internos de índole local. Segundo se tomou público - e não veio a ser desmentido- tornar-se-ia prática corrente, por parte de militantes ou grupos de militantes a isso não habilitados, o acesso às bases informatizadas dos partidos, da qual constariam dados relativos aos seus militantes, permitindo, assim, com ...
Palavras Chave	Protecção de dados - Portugal, Partidos políticos - Portugal
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, n. 06 (1998)

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-05T22:05:43Z com
informação proveniente do Repositório

PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS INFORMATIZADOS E DEMOCRACIA INTERNA NOS PARTIDOS POLÍTICOS

Vieram a público recentemente notícias relativas à utilização de bases de dados informatizadas de militantes nos partidos políticos portugueses - no contexto de vários actos eleitorais internos de índole local. Segundo se tornou público - e não veio a ser desmentido - tornar-se-ia prática corrente, por parte de militantes ou grupos de militantes a isso não habilitados, o acesso às bases informatizadas dos partidos, da qual constariam dados relativos aos seus militantes, permitindo, assim, com tal acesso, o conhecimento da identidade daqueles militantes com quotas em atraso. Saber da legitimidade deste tipo de procedimento, no contexto da vida interna dos partidos políticos, e suas consequências à face da Constituição e da lei em vigor é o propósito deste texto.

I

Consequências para a protecção jurídica dos dados pessoais informatizados

A questão tal como se coloca nos seus contornos gerais remete para a análise da nossa legislação relativa à Dados pessoais informatizados e partidos políticos³, pois é do que aqui se trata.

Esta é uma matéria de grande sensibilidade nos dias de hoje e sobre a qual existe abundante literatura disponível. Mesmo entre nós, curiosamente, em que escasseiam os contributos à volta do denominado “Direito da Informática” do qual a implicação jurídica da Dados pessoais informatizados e partidos políticos é um dos capítulos, subsiste alguma reflexão da qual lançaremos mão sempre que necessário.

Todavia, alguma da literatura nesta área, e não apenas aquela que se vai fazendo entre nós, ressent-se de uma visão algo estática, demorada na enunciação consabida

¹ Mestre de Direito. Advogado

² Mestre em Direito. Docente do Departamento de Direito da Universidade Lusitana (Lisboa). Advogado

³ Sobre a decantada questão à volta da terminologia utilizada na classificação destes dados, ver a bibliografia citada ao longo do texto e ainda JEAN FRAYSSINET, *Informatique, Fichiers et Libertés*, Paris, Éditions Litec, 1992

POLIS n.º 6 SETEMBRO-DEZEMBRO 1998 pp. 19-37

dos habituais “princípios”, diluindo-se na exegese de expressões avulsas, enfim, esquecendo que a vida é demasiado rica nas solicitações que nos propõe e é por natureza dinâmica e multifacetada. Sucede, assim, que, por vezes, esta visão algo paralisada contamina os próprios enunciados legislativos não raro frontalmente criticados e postos em causa pela doutrina⁴.

A importância da protecção dos cidadãos face à crescente difusão de tecnologias de informação, antes “património” de um Estado-Big Brother, hoje vendidas em cada esquina, não para obviamente de crescer paralelamente à profusão de instrumentos de registo e armazenamento de dados pessoais tratados “informaticamente”.

A “informática” significaria assim um “novo” modo de invasão do direito à reserva da vida privada.⁵ Do mesmo modo, ao cidadão é, por via disso, reconhecido um feixe de direitos que arrancam do denominado *direito à autodeterminação informacional*.

E se esta preocupação legítima, ancorada na defesa do cidadão quanto ao acumular de informação sobre traços da sua vida pessoal, vem conhecendo desde os anos 70 uma crescente criação legislativa, as constantes mutações tecnológicas deste final de século implicam, obviamente, uma mudança nos critérios dos legisladores e dos decisores políticos. O facto de vivermos hoje, por via da rápida imposição da vertente comercial e lúdica da Internet, na antecâmara do mundo das redes, amplia, ainda mais, a reflexão à volta de um direito “proteccionista” dos dados pessoais armazenados em computador e do seu concomitante tratamento automatizado.⁶

⁴ Para uma crítica, por exemplo, da Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de Outubro de 1995 Cfr. CHRISTOPHER MILLARD, Advertising regulations and data protection, Doing Business Online, Londres, 12 de Março de 1996

⁵ Neste sentido e para uma abordagem expressa desta nossa problemática em estrita ligação com a ideia mais geral de um Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada cfr. HELENA MONIZ, “Notas Sobre a Protecção de Dados Pessoais Perante a Informática (O Caso Especial dos Dados Pessoais relativos à Saúde)”, *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, nº7 (1997). Para um conspecto mais geral relativo ao tema mas em que a questão da protecção da pessoa face às ameaças da informática é inserida numa análise mais global cfr. PAULO MOTA PINTO, “O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, nº 69 (1993), p.479-586.

⁶ Sobre a nova visão da Dados pessoais informatizados e partidos políticos no quadro da Internet e das redes cfr. o já citado estudo de CHRISTOPHER MILLARD e, ainda, MANUEL LOPES ROCHA e MÁRIO MACEDO, *Direito do Ciberespaço*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996; M.-BOULANGER, C. de Terwange, *Internet et le respect de la vie privée*, Internet Face au Droit, Cahiers du C.R.I.D., Namur, 1997; C. LAMOULINE, YVES POULLET, *Des Autoroutes de L'Information à la "Democratie Électronique"* -De l'impact des Technologies de L'Information à la communication sur nos libertés, Bruylant, Bruxelas, 1997; IAN WALDEN, *Data Protection Issues across the Internet*, *European Intellectual Property Review*, Special Report, Dezembro 1997; GRAHAM SMITH, *Internet Law and Regulation*, 2ª Edição, Bird & Bird, Londres, 1997

Curiosamente, esta protecção dos dados pessoais deixou de ter uma vertente absoluta, no sentido da protecção de bens jurídicos muito concretos, para ter hoje uma vertente expansiva e/ou instrumental no sentido de que tal protecção é necessária para a plena vivificação de determinados comportamentos em comunidade. Ou seja, a protecção (ou desprotecção) de dados pessoais, a subsistência de mosaicos legislativos em Estados ou organizações supranacionais pode configurar-se como sério obstáculo a princípios gerais estruturantes de tais organizações como o princípio da livre circulação de factores de produção. Tal circunstância vale hoje para realidades em desenvolvimento explosivo como o comércio electrónico, como vinha valendo para justificar determinadas iniciativas legislativas em espaços como a União Europeia, pelo que a disciplina da Dados pessoais informatizados e partidos políticos tem assim, também, um importante papel instrumental na produção de determinados resultados de alcance geral.⁷

A circunstância de uma organização supranacional como a União Europeia legislar nesta área, de alguma forma roubando, também aqui, protagonismo a outras organizações com “tradição” nesta zona de criação legislativa como o Conselho da Europa, remete-nos para uma última consideração qual seja a de que aqui se vive um fenómeno igualmente típico de outras áreas do denominado “Direito Informático”, a saber, a existência de uma verdadeira *multiprotecção jurídica*.

Assim, o operador jurídico confronta-se, entre nós, com a necessidade de atender não só ao texto constitucional, como à lei que o densifica, sem esquecer uma miríade de leis complementares ou excepcionais nesta área, bem como um direito supranacional considerável, sendo que o Direito Comunitário tem particulares características de efeito directo e de primado, absolutamente *sui generis* no cotejo do Direito Internacional.

Por isso mesmo, quando, de seguida, aludirmos ao quadro legal vigente nesta área estamos a referir-nos a um acervo que compreende nomeadamente o artº 35º da Constituição da República Portuguesa (doravante CRP), normas do Código Civil, a Lei da Protecção de Dados Pessoais (Lei nº 10/91 de 29 de Abril), a Convenção nº 108 do Conselho da Europa, a já citada directiva 95/46/CE, para além de muitas leis especiais e até excepcionais. Um dos aspectos relevantes de todo este acervo é que alguns dos princípios gerais que enformam esta área são deduzidos indiferentemente do texto constitucional ou da Lei 10/91 e até da directiva da União Europeia.

1. Sendo, pois, este o enquadramento sociológico e legislativo desta importante matéria retomemos aos factos cuja súmula encima este texto e cuja dilucidação nos

⁷ É este o “approach” visível em importantes documentos como a denominada Iniciativa da Comissão da União Europeia sobre o Comércio Electrónico de 15 de Abril de 1997 (Comunicação ao Parlamento Europeu, ao Conselho, Comité Económico Social e Comité das Regiões COM (97) 157).

propomos fazer nas linhas que se seguem.

Assim, os partidos políticos portugueses, designadamente os de maior dimensão e complexidade organizativa (PS, PSD, PCP e PP) dispõem de uma base de dados informatizada contendo dados pessoais dos seus militantes, consistindo, em regra numa ficha por cada um de onde constam nome, morada, telefone, estado do pagamento da quotização e filiações internas, a saber, militância nas organizações do partido como as Juventudes ou outras estruturas paralelas como os trabalhadores ou os autarcas⁸.

Ora, a primeira questão que se nos coloca é a de saber se o quadro legal em vigor relativo à Dados pessoais informatizados e partidos políticos se aplica a este tipo de organizações como os partidos políticos. Esta é uma questão prévia, naturalmente, pois se concluíssemos que estas organizações estão excluídas do império desta lei, estaria naturalmente prejudicado qualquer passo subsequente. Por outro lado, ainda, sabe-se que há países cuja legislação expressamente exclui as bases de dados dos partidos políticos das suas leis de Dados pessoais informatizados e partidos políticos⁹. Finalmente e porque aqui a questão subjacente se pode prender, também, com o pagamento de quotas, a verdade é que a nossa Lei 10/91 no seu artº 3º, nº 2 exclui da sua aplicação aqueles ficheiros de dados pessoais que contenham exclusivamente informações destinadas a *cobrança de quotização de associados filiados*.¹⁰

Todavia, cumpre assinalar que o nosso escopo não é aqui o de saber da posterior utilização dos dados acedidos, resumindo-se para já a nossa indagação a uma fase prévia ou anterior, isto é, o da legitimidade daquele momento, repete-se, anterior, em

⁸ Na verdade e tomando como paradigmático exemplo o Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD (Partido Social Democrata) o artigo 7º sob a epígrafe Caderno Eleitoral alude a um “ficheiro nacional de militantes”. A expressão “ficheiro” é utilizada na linguagem coloquial como sinónimo de base de dados. Na prática, todas estas distinções são diluídas na realidade. Entre nós, todavia, perde-se muito tempo nestas distinções como o prova a Lei 10/91 que ainda distingue bases de dados e bancos de dados, distinções que a doutrina contesta (cfr. AMADEU GUERRA, *Informática e Tratamento de Dados Pessoais*, Vislis Editores, Lisboa, 1997 no comentário que faz às classificações do artº 2º da Lei 10/91). Pelas mesmas razões apontadas na nota 3 supra, abstermo-nos de entrar nestas distinções, embora não deixemos de assinalar que a nossa lei no artº 2º também define “ficheiro automatizado”. Para uma análise desta matéria cfr. MÉMENTO-GUIDE ALAIN BENSOUSSAN, *Les fichiers de personnes et le droit*, Hermès, Paris, 1991 e ainda sobre as novas acepções de “ficheiro” cfr. BOULANGER, TERWANGHE cit.

⁹ É o que “expressamente” prevê a lei espanhola de protecção jurídica de dados pessoais informatizados. Dizemos “expressamente” pois é possível defender que esta isenção não é total. Sobre este ponto cfr. RAFAEL VÉLAZQUEZ BAUTISTA, *Protección Jurídica de Datos Personales Automatizados*, Editorial Colex, Madrid, 1993.

¹⁰ Tal como referimos na nota 8 por aqui se vê que a própria lei utiliza, sem grande preocupação, as expressões “base” e “ficheiros de dados” para designar realidades próximas.

que alguém acede ou toma conhecimento do conteúdo da base de dados de um partido contendo informação sobre os seus militantes.

Ora, como já vimos, não é aquela situação “inofensiva”, já que em regra no ficheiro dos partidos não constam apenas informações destinadas a cobrança de quotas. Para AMADEU GUERRA se englobam nesta categoria muito ampla associações recreativas, em algumas “associações” como os partidos políticos pode subsistir uma “utilização perversa” de dados que pode originar grandes riscos para os seus associados. Mas para aquele autor, a generalidade das associações como os partidos políticos utiliza a informação registada para efectuar contactos, enviar *mailings* de publicitação das actividades, envio de “manifestos” (políticos) ou realização de actos eleitorais para os corpos sociais (sublinhado nosso). Mais acrescenta aquele autor que é precisamente por isto que a generalidade dessas entidades estão obrigadas a cumprir a Lei 10/91 “uma vez que os registos informáticos não servem, exclusivamente, para os efeitos indicados nesta alínea”. Finalmente, tendo em conta os riscos para a privacidade e tendo em atenção a sensibilidade de alguma informação detida por algumas destas entidades (que não são só, obviamente, partidos políticos) o autor propugna mesmo a eliminação desta isenção. Mais contundente parece ser RAFAEL VELÁZQUEZ BAUTISTA que assume poderem permitir os dados habitualmente contidos nas fichas dos partidos políticos denotar a “peregrinaje vital” do militante, assim como estabelecer um ajustado perfil do mesmo. Ora, sabe-se do temor que causa o estabelecimento de perfis, precisamente uma das causas que mais contribuem para a criação deste tipo de norma proteccionista.

Mas repare-se que estamos a entrar aqui numa zona algo movediça e, até, contraditória. É que sendo estes dados relativos à zona mais íntima da opção pessoal de cada um, sendo estes dados englobados na categoria mais protegida, ainda, dos “dados sensíveis”, é precisamente aqui que o tratamento informático maiores perigos encerra. Todavia, seria impensável que associações nomeadamente os partidos políticos se vissem privados da utilização de tecnologias de informação na sua actividade. Ninguém o compreenderia. Ora, para resolver esta situação dilemática a Constituição exhibe no n.º 3 do art.º 35.º uma norma claramente “de compromisso”. Assim, começa por afirmar a proibição do tratamento informático de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica, enfim, o habitual “catálogo” de dados sensíveis ou pessoalíssimos, para logo a seguir “contornar” aquela proibição nomeadamente nos casos em que o titular dos dados deu o seu “consentimento expresso”.¹¹

¹¹ Esta redacção do artigo põe cobro a algumas dúvidas suscitadas, sobretudo, pela Lei 28/94, de 29 de Agosto que introduziu algumas alterações à Lei 10/91. Sobre esta matéria cfr. HELENA MONIZ, *cit.* pp 260-261 e AMADEU GUERRA, *cit.* pp-66 e segs.

Como muito bem assinala AMADEU GUERRA, estaríamos perante dois direitos constitucionais “contraditórios” ou “confluentes”. De um lado, teríamos que a generalidade dos tratamentos automatizados de dados pessoais por aquelas associações visariam a gestão da sua própria actividade e, por outro, a sua criação mesma surge na sequência do exercício de outros direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados como o direito à participação política (artº 51º da CRP) caracterizada pelo papel dos partidos políticos como elemento necessário para a organização e expressão da vontade popular (artº 10º, nº2 da CRP). Assim, em face deste quadro tomar-se-ia necessário restringir certos direitos fundamentais para garantir a salvaguarda de outros direitos igualmente protegidos na Constituição mas do modo referido no artº 18º da CRP. Ou seja, estas restrições devem limitar-se ao necessário para alcançar os objectivos, apontando-se para a existência de uma proporcionalidade entre os meios legais restritivos e os fins obtidos.

Por outro lado, a limitação dos direitos deverá mostrar-se necessária e ser imposta com fundamento em motivo social relevante, com justo equilíbrio entre o interesse público e a vida privada do cidadão.

O que deve entender-se pelo “justo equilíbrio” diz-nos o autor com meridiana clareza: “O justo equilíbrio dos preceitos passa pela possibilidade de tratamento da informação necessária à gestão destas associações na medida em que a recolha e processamento de informação pela própria associação - que visa a gestão dos associados - não envolve qualquer risco de discriminação ou intromissão na vida privada”.¹²

2. Dito isto, cumpre indagar se embora estas bases de dados ou ficheiros assim descritos não escapem à aplicação do quadro legal em vigor, não teremos nós dado um passo demasiado apressado, isto é, descurando a qualificação desses dados como dados efectivamente pessoais e portanto merecedores de protecção jurídica no quadro descrito. É bem verdade que esta indagação talvez devesse preceder a anterior relativa à aplicação da lei a ficheiros dos partidos políticos. Mas cremos que para a economia da nossa exposição tal é relativamente indiferente, tanto mais que não nos sobram dúvidas quanto à conclusão que antecipamos, ou seja, a de que estamos em presença de uma recolha, armazenamento e tratamento de dados pessoais efectivos, como já se demonstrou amplamente supra. Repare-se que o legislador como que “foge” de uma definição ou densificação da noção de dados pessoais, não só porque seria grave erro inserir na lei um qualquer “catálogo” desses dados, como pela dificuldade intrínseca na sua definição que efectivamente subsiste. Daí que observemos uma curiosa situação de “delegações” sucessivas da definição de “dados pessoais” dos instrumentos jurídicos

¹² Sobre toda esta matéria cfr. o citado estudo de AMADEU GUERRA e principalmente as interessantes notas de doutrina e jurisprudência que acompanham as passagens citadas. Cfr. igualmente a Deliberação nº15/95 de 1 de Setembro da Comissão Nacional de Dados pessoais informatizados e partidos políticos Relatório da CNPDPI de 1995, pág. 133).

supranacionais e/ou do parâmetro constitucional para o legislador ordinário e deste para o operador jurídico ao qual “pede” uma colaboração casuística, ou seja, só perante o caso concreto é que muitas vezes se pode “concretamente” afirmar que determinada realidade se subsume às várias fórmulas algo hiperbólicas de que se socorre o legislador. A Lei 10/91 define “dados pessoais” como quaisquer informações relativas a pessoa singular identificada ou identificável, considerando-se identificável a pessoa cuja identificação não envolva custos ou prazos desproporcionados. Para a directiva 95/46/CE é considerado identificável todo aquele que possa ser identificado, directa ou indirectamente, nomeadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural e social.

A discussão à volta do que deve entender-se por “dado pessoal” é outra daquelas intermináveis nesta área. A doutrina nacional, por exemplo, discute muito se a morada deve ou não entender-se como um “dado pessoal”. Mesmo em pareceres da Procuradoria-Geral da República já se tomaram posições algo diversas. Mas, por exemplo, uma das vozes mais autorizadas da doutrina francesa chamada a dar exemplos de “dados pessoais” aludiu a dados como o nome, o apelido ou a morada, ou seja dados que permitem estabelecer uma ligação com a pessoa física em causa.¹³

Seja como for, é a própria lei (citado artº 2º, b) que exceptua os elementos confidenciais “tais como a profissão e a morada” da noção de dados públicos, ou seja, dados pessoais constantes de documento público oficial. E se é certo que esta disposição é contestada na doutrina, nem por isso aqueles que dela discordam como é o caso de AMADEU GUERRA, deixam de salientar que deve ser integralmente respeitada, como o fez sempre e continua a fazer a CNPDPI.¹⁴ E antes que venham alguns, apressadamente, dizer que afinal a nossa lei deve ser desaplicada no caso concreto pois a directiva 95/46 no seu artº 11 é muito menos limitativa em relação ao tratamento automatizado dos dados “morada” e “profissão”, sempre se dirá que, ainda assim, estamos em presença de uma norma que obriga os Estados-membros à publicação de legislação que, por sua vez, obrigue o responsável do ficheiro a informar o titular dos dados, entre muitas outras condições, dos destinatários ou categorias de destinatários dos dados em caso de comunicação dos mesmos dados a terceiros. Adiante nos debruçaremos melhor sobre esta noção de “terceiros”.

¹³ Cfr. MEMENTO-GUIDE ALAIN BENSOUSSAN, cit., pág. 16.

¹⁴ Sobre a discussão à volta da noção de “dados pessoais” e de “dados públicos” cfr. para além da doutrina já citada o Parecer da Procuradoria-Geral da República tirado no Processo nº 23/95 e publicado no DR, II Série de Quinta-feira, 22 de Fevereiro de 1996. Para uma outra noção de “dados públicos” Cfr. CECILE DE TERWANGE E THÉRÈSE DE LA CROIX-DAVIO, *L'Accès à L'Information Administrative et La Commercialisation des Données Publiques*, CRID, Namur, 1994.

Mas há que ver que no caso concreto não nos aparecem só a morada ou o nome, aparece um ainda assim vasto conjunto de dados que podem ser rotulados de pessoais e reabre-se aqui um dossier que se poderia julgar encerrado pela legitimação encontrada quanto à possibilidade consentida e tolerada da existência de bases de dados partidárias.

3. Com efeito, uma base de dados ainda que “partidária”, ainda que beneficiando ou não de um regulamento de utilização interna não preclui, como vimos supra, a observância do quadro legal descrito. Ou seja, a elasticidade presente na interpretação da lei, legitimando, pelo consentimento dos titulares dos dados e a aceitação das coordenadas da vida moderna, uma base de dados como esta, não pode significar que o quadro legal descrito funcione para excepcionar a base da proibição legal envolvendo-se tal exceção numa exceção “total” arredando todas as coordenadas do quadro legal em causa. Pelo contrário, a exceção existe para a criação “consentida” e uma vez criada reentra obviamente no horizonte dos partidos a estrita observância e acatamento do acervo de regras e princípios que compõem este segmento da ordem “jurídico-informática”. Ou seja, e muito claramente: ou se admite que uma vez criada a base esta passa a ser “assunto interno” e se assume que este é um “ficheiro selvagem” ao qual todos têm acesso independentemente da sua posição no partido e que este dispositivo de armazenamento de dados é património de todos, podendo assim qualquer militante a ele aceder ou se considera, como não poderá deixar de ser, que também (e principalmente dado, como vimos, o carácter excepcional da sua criação) a este tipo de ficheiro se aplicam as outras regras gerais que, inclusivamente, podem afastar regulamento interno que as contrarie. É que independentemente das boas razões que militam para que assim seja e que vimos expondo, vale para o afastamento da primeira “alternativa” um exemplo absurdo mas que tem, no caso vertente, grande utilidade. Ou seja: se o ficheiro é de todos, se a simples circunstância de se ser militante com quotas em dia legitima o acesso à base de dados, então um qualquer militante recente, de fresca inscrição, solicitaria acesso à base e podia dela fazer a mais criminosa ou ilícita das utilizações. Dir-se-ia, em contraponto, que tal privilégio só assistiria a militantes mais antigos, afinal. Mas ainda mais se revelaria aqui o raciocínio absurdo: e em que base se assentaria tal antiguidade? E como medi-la? E porque razão a militância mais antiga concederia tal privilégio de acesso?

Dir-se-ia, então, que sendo, como são, tais razões absurdas (se bem que pontualmente “úteis” para o nosso discurso) poderia então ultrapassar-se a questão dizendo que tal acesso só será admissível ou permitido aquando dos processos eleitorais internos. Mas não é isso que nos dizem os regulamentos internos dos partidos. Tomemos a título de exemplo o artº 7º do Regulamento Eleitoral do PSD. Neste caso, os vários candidatos têm sim acesso a cadernos eleitorais fornecidos pelo Secretário-Geral a quem compete gerir o ficheiro nacional de militantes e o recebimento e redistribuição do produto de quotas de acordo com a Lei em vigor (sic). Repare-se que o citado artigo não nos diz, nem poderia, certamente, dizer, que um qualquer militante tem acesso indiscriminado à base de dados, é-lhe sim fornecido um documento - caderno

eleitoral - que se depreende ser realizado a partir de tal base mas com a vigilância e actuação do Secretário-Geral do partido. Ora, assim sendo, muito naturalmente é este o responsável da base de dados nos termos da nossa lei (artigos 19º e 20º da Lei 10/91). Com efeito, o nosso sistema exige que uma base de dados pessoais informatizados tenha um responsável. Trata-se de uma figura nuclear do sistema gizado na nossa lei. E mesmo que não seja forçoso que seja o Secretário-Geral ou o Presidente do partido o “responsável” para efeitos da lei, é mister que seja uma figura próxima destes. É precisamente o que reflecte - e bem - o citado artigo do Regulamento Eleitoral social - democrata: o responsável da base é o seu guardião, o garante da sua segurança, adstrito a um reforçado dever de sigilo, garante máximo da confidencialidade dos seus dados, pelo que só pode fornecer, ainda que para fins eleitorais, cadernos eleitorais expurgados de outros dados pessoais que, naturalmente, continuam a residir na aludida base, cobertos pelo manto da segurança, sigilo e confidencialidade. É que uma vez que aqui se continuam a aplicar, como não poderia deixar de ser, as regras e os princípios vigentes para a protecção de dados pessoais em vigor entre nós, é óbvio que os militantes dos partidos que têm dados pessoais contidos na base têm o direito à confidencialidade dos seus dados pessoais ou direito à não difusão dos dados pessoais informatizados. Este direito que encontra expressão no actual n.º 4 do art.º 35º da CRP desdobra-se em duas importantes vertentes: um direito do titular dos dados à confidencialidade, quer dizer, a que terceiros não conheçam ou não acedam ao seu conteúdo e uma concomitante obrigação ou dever de sigilo do responsável do ficheiro nos termos do art.º 32º da Lei 10/91. Autores como AMADEU GUERRA ainda desdobram mais esta situação, entre obrigação de sigilo e obrigação de confidencialidade. Em suma, aqui teríamos a existência de um dever geral de incomunicabilidade a terceiro devendo ser negado a todos os terceiros o acesso à informação de carácter pessoal.

Ora, quem serão, no caso vertente, os terceiros? Todos aqueles que não se incluam naquele núcleo dentro do partido que se relacionam com as diversas operações inerentes ao processamento automatizado desses dados e através da qual tomam conhecimento do seu conteúdo, bem, como vimos, os responsáveis pelos ficheiros.¹⁵ Assim, nem é verdade que alguns terceiros não possam aceder aos dados pessoais contidos na base, desde logo aqueles que os processam não são para os efeitos legais “terceiros”, nem a totalidade dos militantes do partido está excluída da noção de terceiros, como vimos, pois caso alguém tivesse a peregrina ideia de considerar que os militantes não são “terceiros” estaríamos, como vimos, em presença de um “ficheiro selvagem” e isso, como vimos também, é contrário à lei que se aplica de igual modo a estes ficheiros “excepcionais”, donde a vigilância no cumprimento da lei dever ser, até, reforçada. A função do responsável do ficheiro é justamente a de filtrar o acesso a dados pessoais, garantir a sua confidencialidade e sigilo, obrigação essa que se

¹⁵ Sobre esta matéria seguimos de perto JORGE BACELAR GOUVEIA, *Os Direitos Fundamentais à Protecção dos Dados Pessoais Informatizados*, Separata da Revista da Ordem dos Advogados, Ano 51, III-Lisboa, Dezembro de 1991.

perpetua na pessoa do responsável, subsistindo mesmo após a sua cessação de funções.

Assim, consagrando a Constituição, como vimos, o princípio da proibição de acesso a dados pessoais de terceiros no artº 35º, nº4 e desdobrando-se tal norma num direito à não difusão dos dados pessoais informatizados e num dever geral de incomunicabilidade a terceiros impendendo sobre toda a gente mas principalmente sobre aqueles adstritos, pela proximidade e responsabilidade, a estritos deveres de sigilo, o acesso indevido materializado numa actuação desviada das necessárias autorizações não pode deixar de constituir um ilícito como o previsto e punido no artº 38º da Lei 10/91, sem olvidar as eventuais quebras dos deveres de sigilo e confidencialidade que impendem sobre os responsáveis nos termos aqui descritos.¹⁶

4. Aqui chegados, cumpre-nos sublinhar uma outra vertente do nosso tema . Assim, para além de um acesso indevido à base de dados nos termos que vimos, cumpre referir que sempre haverá nos casos vindos a lume um desvio da finalidade da base. Já vimos que a base de dados de militantes de um partido tem um fim claramente identificado . Hoje, nenhuma organização pode prescindir do tratamento automatizado dos seus dados. Mas também vimos que esse fim não é, não pode ser, o de conhecer a identidade dos militantes por qualquer militante, seja para que fim se considere, incluindo os fins eleitorais. O mesmo se passa com a limitação imposta pela CNPDPI à Ordem dos Advogados. Esta só pode ceder, em determinadas condições, etiquetas autocolantes com o nome e domicílio profissional dos seus inscritos mas apenas para determinadas entidades. Repare-se que mesmo a essas poucas entidades relacionadas com a profissão de advogado, só se cedem etiquetas, nunca por nunca o acesso ou a entrega de cópias da base de dados a outras entidades, por não ser compatível com a finalidade do ficheiro informático (Deliberação da CNPDPI nº 11/96 de 26/3, 3º Relatório, pág. 206).

É precisamente o oposto do que se passa nos casos vindos a público . O acesso e posterior utilização da base de dados contrariam o fim determinante da sua recolha, pois foram utilizados com o fim de conhecer a situação geral de todos militantes no que tange ao estado da sua quotização. Verifica-se, assim, uma violação do artigo 15º da Lei 10/91 que também constitui o ilícito previsto e punido no nº 3 do artº 34º da mesma lei, ou seja visa punir-se aquela conduta de quem intencionalmente desvia dados pessoais da finalidade legalmente definida para a sua recolha e utilização. Que

¹⁶ Sobre toda esta matéria do direito de não difusão dos dados pessoais informatizados cfr. JORGE BACELAR GOUVEIA, cit., HELENA MONIZ, cit., AMADEU GUERRA, cit. e ainda AGOSTINHO EIRAS, *Segredo de Justiça e Controlo de Dados Pessoais Informatizados*, Coimbra Editora, Coimbra, 1992. Cfr. artº 6º da nova Proposta de Lei da Protecção de Dados Pessoais disponível na Internet onde se diz expressamente que o tratamento deste tipo de dados sensíveis só pode ser feito com a condição “de os dados não serem comunicados a terceiros sem consentimento dos seus titulares”.

depois se venha dizer que afinal os dados foram utilizados para fins eleitorais não colhe, dado que o desvio se consubstancia precisamente numa fase anterior, isto é, a busca do conhecimento da identidade dos militantes com quotizações em atraso por outros militantes, não sendo obviamente essa a função dos ficheiros centrais dos partidos políticos .

Assim, para além do descrito acesso indevido, pode configurar-se aqui um desvio de finalidade, ou seja este dispositivo foi usado para uma finalidade “imprevista” e isto ainda que quem o tenha realizado tenha legitimidade para aceder à base. Repare-se que estamos aqui em presença de realidades diversas. No primeiro caso estamos perante uma ilegitimidade total, no segundo ainda que o acesso tenha sido legítimo, a finalidade é que pode ser desviada, inadmissível face à lei, aquilo a que autores franceses denominam de “détournement de finalité”. Ou seja, trata-se de um ilícito que até pode existir em caso de detenção legal de informações.¹⁷

Caso idêntico se passou, aliás, no país vizinho com o ficheiro de militantes do PSOE que acabou nas mãos de uma Editora apresentando um livro de um conhecido militante socialista num acto público “exclusivo para filiados no partido” e que até se vinculava ao “Primeiro Centenário do PSOE”. Este caso motivou um pedido de desculpas públicas por parte dos mais altos dirigentes daquele partido que prometeram, ainda, acções judiciais contra os responsáveis de tal “desvio”¹⁸

Cabe, assim, ao responsável do ficheiro, como nos diz VELAZQUEZ BAUTISTA, a obrigação de estabelecer as correspondentes medidas de segurança para evitar acessos não autorizados ou manipulações, cuidando de maneira especial para que só se usem de acordo com o fim para que foram solicitados.

II PARTE

CONSEQUÊNCIAS JURÍDICO-CÍVIS E JURÍDICO PENAIIS

Assente que as práticas que motivaram o presente comentário, de acordo com o discurso que antecede, se configuram como violação do direito à não difusão de dados pessoais informatizados, quer na perspectiva da proibição geral de acesso (dever de confidencialidade dos dados) quer na do direito a impedir o acesso de terceiros a dados pessoais , quer ainda na utilização indevida dos mesmos dados, daí decorrem consequências no plano jurídico-civil e no plano jurídico- penal. Desde logo, e do ponto de vista jurídico-civil, consistindo a proibição da difusão e acesso a dados pessoais em registo informático, uma garantia do direito à intimidade da vida privada¹⁹,

¹⁷ Sobre esta precisa questão cfr. JEAN FRAYSSINET, *cit.*

¹⁸ Cfr. RAFAEL VELÁZQUEZ BAUTISTA, *cit.*

¹⁹ Cfr. HELENA MONIZ, *op. cit.* p. 238

por sua vez decorrendo de uma mais amplo direito de personalidade e merecendo ambos expressa tutela constitucional e civil - arts. 26º e 35º da CRP e arts. 70º e 80º do Código Civil - a sua violação gerará naturalmente os mecanismos tradicionais da responsabilidade civil, com a indemnização a ser atribuída em função dos danos efectivamente sofridos pelos lesados,- militantes objecto da devassa informática - de teor patrimonial e não patrimonial ²⁰.

Do ponto de vista jurídico-penal existem diversos tipos legais de crimes cujos bens jurídicos protegidos se reconduzem à devassa por meio informático da intimidade, quer na óptica da reserva da vida privada - art. 193º do Código Penal - quer, especificamente, na perspectiva da criminalidade informática-desvio de finalidade, art. 34º nº 3 da Lei 10/91, acesso indevido - art. 38º da Lei 10/91, acesso ilegítimo - art. 7º da Lei 109/91 . Neste último caso, atenta a natureza pública destes ilícitos o competente procedimento criminal não depende sequer da existência de queixa por parte do/s ofendido/s.

Contudo, existem ainda outras consequências , no plano da preterição de normas de democracia interna dos partidos políticos, com expressa dimensão constitucional, que gostaríamos de salientar.

III PARTE

A DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DA “DEMOCRACIA INTERNA” NOS PARTIDOS POLÍTICOS E AS GARANTIAS CONTENCIOSAS DO SEU ACATAMENTO

A problemática que vem de analisar-se na justa medida em que se configura como uma violação de direitos fundamentais constitucionalmente consagrados - proibição de acesso a dados pessoais de terceiros ou utilização indevida dos dados pessoais, art. 35º nº 4 da CRP²¹, - com relevantes refrações ao nível jurídico civil e jurídico penal - Código Civil, art. 80º (reserva da intimidade da vida privada) , Lei 109/91 de 17 de Agosto e Lei 10/91 de 29 de Abril, deve ser muito particularmente valorada em termos de organização e gestão democrática dos partidos políticos e participação de todos os seus membros.

Em boa verdade, o caso em apreço, pode e deve ser visto, não só à luz da ofensa de direitos fundamentais conexcionados com a intimidade da vida privada, mas também e sobretudo, como uma preterição de regras de democracia interna, que colocam em causa os comportamentos em análise.

²⁰ Cfr. PAULO MOTA PINTO, *op. cit.* pp. 579 e ss

²¹ Cfr. GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa, Anotada*, 3º ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1993, pp.215 e ss.

A matéria da organização e gestão democráticas dos partidos políticos, tradicionalmente considerada uma das zonas do “domínio reservado” dos partidos políticos²², atenta a ênfase no princípio da liberdade partidária nas Constituições democráticas, ganhou uma importância decisiva e acabou por ser constitucionalizado em algumas das Constituições europeias, como são paradigmáticos exemplos a Lei Fundamental de Bona, art.º 21^{o23} e a Constituição Espanhola, art. 6º²⁴.

Mas mesmo nas Constituições que o não consagraram expressamente, encarregou-se a doutrina de sustentar a verdadeira natureza constitucional da democracia interna nos partidos, como se pode colher do debate ocorrido, por exemplo, em Itália, a propósito do art. 49º da Constituição de 1947²⁵ e em França, sobre o art. 4º da Constituição de 1958²⁶.

Entre nós, pese embora se fizessem ouvir de há muito vozes²⁷ que defendiam a necessidade de consagrar no texto constitucional uma norma que previsse o princípio da democracia interna nos partidos políticos, só muito recentemente, com a 4ª Revisão Constitucional, a matéria foi objecto de regra expressa (art. 51º nº 5)²⁸.

Aí se prevê que “*Os partidos políticos devem reger-se pelos princípios da transparência, da organização e da gestão democráticas e da participação de todos os seus membros*”.

²² Cfr. MARCELO REBELO DE SOUSA. *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 495

²³ Cfr. KARL -HEINZ SEIFERT e DIETER HOMIG (org.) *Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland*, Nomos Verlagsgesellschaft, 1985, pp. 189 e ss.; *A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha*, ensaio e anotações de NUNO ROGEIRO, Coimbra, Coimbra Editora, 1996, p. 150. Ver ainda EKKEHART STEIN, *Staatsrecht*, 10º ed. Tübingen, 1986, pp. 134 e ss., SCHUNCK e DE CLERCK, *Allgemeines Staatsrechts und Staatsrecht des Bundes und der Länder*, 12. ed., Verlag Reckinger Suegburg, 1986, pp.221 e ss.

²⁴ JAVIER PEREZ ROYO, *Curso de Derecho Constitucional.*, Madrid, Marcial Pons, 2ª ed., 1995, pp. 402 e ss.

²⁵ Cfr. CARLO BORTOLANI, *Guida alla Costituzione*, Zanichelli, 1983, pp.107 e ss, FAUSTO CUOCOLO, *Istituzioni di Diritto Pubblico*, Milão, Giuffrè. 1986, pp. 778 e ss.; GIANDOMENICO FALCON, *Lineamenti di Diritto Pubblico*, 5ª ed, Milão, Cedam, 1996, pp 496 e ss; PAOLO RIDOLA, “Partiti Politici” in *Enciclopedia dei Diritto*, vol.XXII, 1982, pp. 109 e ss.

²⁶ Cfr. PHILIPPE ARDANT, *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*, 4ª ed. Paris, LGDJ, 1992, pp.443; JEAN GICQUEL, *Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*, Paris, Montchrétien, 14º cd. 1995, pp. 141 e ss; DMITRI GEORGES LAVROFF, *Le Droit Constitutionnel de la V République*, Paris, Dalloz, 2ª ed., 1997, pp 392 e ss.

²⁷ Cfr. JORGE MIRANDA, *Ideias para uma Revisão Constitucional em 1996*, Lisboa, Cosmos, 1996, p. 20; MARCELO REBELO DE SOUSA e MARGARIDA SALEMA, “A Revisão Constitucional e os Partidos Políticos” in *Democracia e Liberdade*, nº 15, 1980, pp. 54 e 55

São relevantes e merecem ser consideradas no contexto deste escrito, atenta a sua ligação ao caso em análise, as razões que levaram à consagração constitucional de semelhante norma.

Por um lado os partidos políticos de acordo com o essencial do seu travejamento constitucional (arts. 10º nº 1, 52º nº 1 e 114º) e legal (Dec. Lei nº 595/74 de 7/11, de ora em diante LPP), visam contribuir para a formação e expressão da vontade popular e participar nas estruturas do poder político.

Desses dois elementos teleológicos decorre o exercício de funções essenciais, no quadro da organização jurídica estadual, a saber: a função de representação política, através da apresentação de candidaturas aos órgãos electivos do poder político e a função de titularidade e exercício desse mesmo poder.

A articulação constitucional dos fins e funções dos partidos políticos em Portugal, deve ser particularmente valorada, dado que o sistema político português se desenvolve em torno daqueles, de forma quase absoluta, a ponto de se falar em “Estado de Partidos”, para designar a situação em que a intermediação partidária se torna uma constante no quadro da democracia representativa.

A medida deste “Estado de Partidos” revela-se quer na ordem jurídico-constitucional que consagra verdadeiras regras de exclusivismo partidário - que aqui se constata sem entrar em qualquer tipo de valoração - como a da apresentação de candidaturas à Assembleia da República (art. 151º nº1), quer nos desenvolvimentos legislativos para as eleições regionais e locais..

É possível afirmar-se, sem qualquer exagero, que entre nós os direitos de cidadania e de participação política só ganham dimensão operativa quando exercidos através do filtro partidário²⁹.

Ora, é neste preciso enquadramento que a Constituição portuguesa, à semelhança de outras, que já referimos, veio introduzir a regra do respeito da democracia interna nos partidos com o que limitou, de facto, a liberdade interna dos partidos, mas cuja razão de ser se explica pela relevância dos fins e funções daqueles partidos no regime democrático, como antes se assinalou.

A ideia subjacente a tal limite à liberdade partidária não pode ser mais clara:

²⁸ Cfr. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina, 1998, p. 304

²⁹ Cfr. JOSÉ DE MATOS CORREIA, RICARDO LEITE PINTO e FERNANDO ROBOREDO SEARA, *O Regime Jurídico dos Partidos Políticos*, Lisboa, SPB, 1997, p. 10

se a autoridade política vem do povo, como corolário da soberania popular (arts. 3º e 10º da CRP) e se o seu exercício é no povo que assenta(art. 108º da CRP), tendo em consideração que a vontade do povo se manifesta entre nós, quase exclusivamente através dos partidos, então só os partidos que satisfaçam na sua estrutura e funcionamento interno os parâmetros democráticos mínimos, por forma a serem fiéis à sua base social de apoio, podem dar garantias de democraticidade ³⁰.

Quer os dirigentes nacionais, regionais e locais, quer o programa do partido, ambos visando a direcção do Estado democrático, devem também ser o resultado de um processo democrático. Um partido onde os dirigentes ou grupos de militantes controlam as bases, que não toleram as opiniões dissonantes, que impedem o livre debate interno, que constroem os militantes no momento das opções e das escolhas eleitorais internas, que não respeitam os direitos, liberdades e garantias constitucional e legalmente consagrados, constitui um perigo para a Democracia.

Em qualquer caso é constitucionalmente inadmissível que a democracia interna nos partidos seja subordinada a considerações funcionalistas, que se prendem com as perspectivas de acesso ao poder político. Dada a relevância constitucional dos partidos no quadro da Constituição e da formação e expressão da vontade popular, os dirigentes ou as deliberações dos partidos que não obedeçam às regras democráticas, põe em causa o vínculo democrático entre o povo e os seus representantes³¹.

Há todavia quem sustente ³², dando absoluta prevalência ao princípio da liberdade partidária e da auto - organização, - transformando-os, assim, em domínios absolutamente reservados, - que todo o militante de um partido político que não quiser aceitar a estrutura e o funcionamento anti-democráticos do mesmo só tem que o abandonar, sendo livre de o fazer. Dir-se-ia então que um partido não tem necessariamente que ser democrático, atenta a natureza de associação voluntária de que se reveste, podendo em conformidade todos os que a ele aderiram, frustradas as suas expectativas de democraticidade interna, afastarem-se.

Contudo, semelhante tese sofre séria contestação, desde logo porque acolhê-la seria pura e simplesmente aceitar uma substancial redução dos direitos de participação política constitucionalmente consagrados, atento o facto dos partidos, como antes se escreveu, serem os porta vozes privilegiados da vontade popular e ser através deles que se canaliza, em essência, a participação política, designadamente no que tange ao direito de acesso a cargos públicos.

³⁰ Cfr. DIETER GRIMM, "Los Partidos Políticos" in BENDA, MAIHOFFER, VOGEL, HESSE e HEIDE (eds.) *Manual de Derecho Constitucional*, Madrid, Marcial Pons, 1996, p. 413

³¹ Cfr. KARL -HEINZ SEIFERT e DIETER HOMIG, *op. cit.* pp. 190 e ss.

³² E esse debate é muito vivo na Alemanha, cfr. a bibliografia citada por DIETER GRIMM, *op. cit.* p. 412 (nota 71)

Por outro lado, as relevantes funções que os partidos hoje desempenham num Estado democrático - e algumas delas são exclusivas, como se viu - não podem estar à mercê de partidos anti-democráticos ou desrespeitadores das regras elementares da democracia interna. Nada garante que semelhantes partidos, alcançado o poder, não tratem os cidadãos de modo idêntico à norma do seu funcionamento interno³³.

Em Espanha, e perante uma norma idêntica à do nosso art. 51º nº 4 o Tribunal Constitucional tomou claros os pressupostos onde se baseia o princípio da democracia interna dos partidos, seguindo uma linha argumentativa similar à sustentada antes:

“Difícilmente podem os partidos políticos ser garantes da manifestação da vontade popular e instrumentos de uma participação e gestão e controle do Estado que não se esgota nos processos eleitorais se as suas estruturas e o seu funcionamento são autocráticos. Os actores privilegiados do jogo democrático devem respeitar na sua vida interna princípios estruturais e funcionais democráticos mínimos por forma a que possa manifestar-se a vontade popular e materializar-se a participação nos órgãos do Estado a que esses partidos acedem”³⁴.

Ora, a regra constitucional da organização e funcionamento democráticos, há-de naturalmente pressupor que os militantes tenham a possibilidade de controlar e gerir os órgãos internos dos partidos, por forma a que a sua participação conduza à formação, sem entorses e não viciada, da vontade do partido.

Atenta a natureza muito variada de partidos políticos do ponto de vista da sua estrutura e organização interna, não se antolha fácil apurar quais as regras concretas que em sede de democracia interna partidária, hão-de constituir um limite ao direito de auto-organização que também é próprio dos partidos.

Parece contudo claro que a densificação da democracia interna partidária, que decorre do art. 51º nº 4 da CRP, compreenderá pelos menos as seguintes regras³⁵:

- a) periodicidade e electividade dos cargos partidários mediante o exercício do direito de sufrágio activo e passivo, com respeito dos princípios gerais de direito eleitoral genericamente consagrados na Constituição e na lei, cuja razão de ser se adequa à natureza dos actos eleitorais partidários (liberdade e igualdade de propaganda e oportunidades das diversas candidaturas, regularidade e legalidade do recenseamento partidário, liberdade de voto, etc.)

³³ Cfr. em sentido idêntico ANTÓNIO TORRES DEL MORAL, *Estado de Derecho e Democracia de Partidos*, Madrid, 1991, p. 105

³⁴ Cfr. STC 75/1985 in MANUEL PULIDO QUECEDO, *La Constitución Española*, Madrid, Aranzadi, 1996, p. 209

³⁵ Assim, em parte ANTÓNIO TORRES DEL MORAL, *op. cit.* p. 105 e ss.

- b) supremacia da Assembleia geral partidária sobre os demais órgãos;
- c) organização de um sistema de jurisdição interna que garanta os direitos dos militantes;
- d) garantia de funcionamento livre das diversas correntes internas, sem discriminações;
- e) participação efectiva das bases na redacção e aprovação dos estatutos e programas partidários;

Nesse particular e tendo presente que a norma constitucional em apreço só foi acrescentada em 1997, por ocasião da 4.^a revisão constitucional, os necessários desenvolvimentos legais na matéria são nulos. Compreensivelmente, a LPP aprovada em 1974, contém parcas referências em sede de democracia interna, limitando-se a referir a igualdade dos cidadãos na admissão partidária, a aprovação dos estatutos e programa por todos os filiados ou assembleia representativa e a exigir a eleição dos “órgãos centrais por todos os filiados ou por assembleia representativa destes” (art. 7º)

Em todo o caso sempre se dirá que esta última exigência da participação de “todos os filiados” na eleição dos órgãos centrais,- que justifica por cissiparidade a regra da participação nas eleições dos órgãos regionais ou locais de todos os filiados da respectiva área geográfica, - comporta uma dimensão universalista da vida interna do partido que não pode sofrer entorses ³⁶.

Mas, à parte estas sumárias regras nada mais nos surge no desenvolvimento da norma constitucional, sendo aliás de notar, que o direito estatutário interno dos partidos vai muitas vezes mais longe, nesta matéria. É o caso, por exemplo dos estatutos do PSD, aprovados no seu XIX Congresso Nacional, que ampliam o âmbito da democraticidade interna prevista na LPP, ao referir que a organização e práticas do partido são democráticas assentando” na eleição por voto secreto dos titulares dos órgãos do partido e participação nos referendos internos” (art. 2º).

Uma outra relevante alteração constitucional operada pela 4ª revisão, - directamente ligada ao novo inciso constante do nº 4 do art. 51º- consiste na atribuição de expressa competência ao Tribunal Constitucional - e não aos tribunais ordinários, note-se - para decidir das acções de impugnação das eleições e deliberações dos órgãos partidários, que nos termos da lei sejam recorríveis (art. 223º nº 2 al. h).

Esta verdadeira “intromissão” da jurisdição constitucional na vida interna dos partidos mais não representa do que um corolário da consagração do princípio democrático na estruturação e vida interna dos partidos, atenta a natureza constitucional

³⁶ Assim JOSÉ MATOS CORREIA, RICARDO LEITE PINTO e FERNANDO SEARA *op. cit* p. 22

dos fins e funções dessas particulares associações políticas. Mas significa também a adesão à tese de que a vida interna dos partidos políticos no que concerne à garantia do princípio democrático não pode ficar isenta de controle judicial, devendo em conformidade serem dadas aos militantes direitos subjectivos por forma a que estes possam assegurar o respeito interno dos princípios e a salvaguarda dos seus direitos, liberdades e garantias.

A referida alteração constitucional, foi objecto da necessária sequela legislativa, ao nível da revisão da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional. Às competências relativas a partidos políticos, coligações e frentes, hoje referidas no art. 9º da Lei nº 28/82 de 15 de Novembro, foi acrescentada uma nova competência a que alude o art. 223º nº 2 al h) da CRP, através da recentemente publicada Lei nº 13-A/98 de 26 de Fevereiro.

Por via do referido diploma legal, abre-se o caminho para as acções de impugnação de eleição de titulares de órgãos de partidos políticos. Aí se prevê, entre outras normas que ao caso não interessam, que “as acções de impugnação de eleições de titulares de órgãos de partidos políticos podem ser instauradas por qualquer militante que, na eleição em causa, seja eleitor ou candidato ou, quanto à omissão nos cadernos ou listas eleitorais, também pelos militantes cuja inscrição seja omitida” (art. 103º - C nº 1), que o impugnante deve deduzir na petição os fundamentos de facto e de direito indicando designadamente as normas da Constituição, da lei ou dos Estatutos que considere violadas” (art. 103º-C nº 2) e que a impugnação só será admissível depois de esgotados todos os meios internos previstos nos estatutos para apreciação da validade e regularidade do acto eleitoral” (art. 103º - C nº 3).

Prevêem -se ainda regras sobre “medidas cautelares” destinadas a requerer a suspensão de eficácia de eleições ou deliberações impugnáveis, - com fundamento na probabilidade de ocorrência de danos apreciáveis causados pela eficácia do acto eleitoral ou da deliberação - como preliminar ou incidente das acções de impugnação antes sumariadas (art. 103º-E).

Ora, do exposto resulta que a democracia interna dos partidos políticos portugueses passará a estar sobre a atenta vigilância do Tribunal Constitucional, que julga em última instância as petições e os requerimentos dos militantes, podendo estes últimos desencadear o processo com base da preterição de normas da “Constituição, da lei ou dos Estatutos”, esgotados que sejam os meios impugnatórios internos.

Como se constata, a violação de normas constitucionais e legais em sede de protecção de dados pessoais, por um grupo de militantes em confronto com outro grupo de militantes, no contexto de um acto eleitoral interno nacional ou local, na medida em que é susceptível de condicionar a legalidade do acto eleitoral respectivo e a liberdade de voto - interferindo no cadastro partidário, por forma a alterar ilegalmente o universo eleitoral em causa e pondo em causa o princípio da igualdade entre

os militantes e entre as diversas candidaturas - repercute-se, logicamente no seu resultado, viciando-o .

O que aqui está em discussão é a preterição de princípios de gestão democrática da vida interna do partido com reflexos directos num acto eleitoral. Nessa medida o acesso inconstitucional e ilegal a dados pessoais constantes dos registos informáticos dos partidos , para além da ofensa à esfera da vida privada de cada um dos militantes objecto da devassa, tem inegáveis repercussões na perspectiva da ofensa às regras de democraticidade interna .

A reserva da vida privada, como protecção da esfera própria de cada um para o exercício da liberdade³⁷, surge as mais da vezes como um direito essencial para a prática de outros direitos , como os de participação política, e nestes, o da participação livre num partido político.

Na medida em que a privacidade de cada um dos militantes fica em causa dentro do partido, pela forma como vimos, são também e sobretudo as condições de democraticidade interna que seriamente claudicam.

³⁷ Assim RICARDO LEITE PINTO, “Liberdade de Imprensa e Vida Privada”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 54, Abril 1994, p. 100